



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE N.º 135, DE 2017

(Do Sr. Pedro Fernandes)

Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, com auxílio do Tribunal de Contas da União, realize ato de fiscalização e controle sobre as obras de esgotamento sanitário nos municípios de Alto Parnaíba, Araisos, Brejo, Coelho Neto, Magalhães de Almeida, Nova Iorque, Parnarama, Santa Quitéria e Tasso Fragoso, todos situados no Estado do Maranhão.

DESPACHO:

À COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Avaliação Interna nas Comissões

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

Senhor Presidente,

Com base no art. 100, § 1º, combinado com o art. 24, X, art. 60, II e com o art. 61, § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e dos incisos IV e VII do art. 71 da Constituição Federal, proponho, ouvido o Plenário desta Comissão, e com auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), que seja realizado ato de fiscalização e controle sobre as obras de esgotamento sanitário nos municípios de Alto Parnaíba, Araíoses, Brejo, Coelho Neto, Magalhães de Almeida, Nova Iorque, Parnarama, Santa Quitéria e Tasso Fragoso, todos situados no Estado do Maranhão.

JUSTIFICAÇÃO

Em 2008, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Governo Federal decidiu realizar obras de esgotamento sanitário em nove municípios do Estado do Maranhão: Alto Parnaíba, Araíoses, Brejo, Coelho Neto, Magalhães de Almeida, Nova Iorque, Parnarama, Santa Quitéria e Tasso Fragoso, localizados na calha do rio Parnaíba. Os recursos federais, na época, totalizaram o montante de R\$ 53,7 milhões¹. Entretanto, afirmo que estas obras não foram totalmente concluídas, causando um prejuízo bem maior a esses municípios e ao meio ambiente.

Prova do descaso com as obras do esgotamento sanitário nestes municípios materializou-se no dia 23 de agosto de 2017, quando os dejetos da rede de esgoto vazaram e atingiram diversas casas no município de Parnarama/MA². Segundo a reportagem, este problema vem afetando a cidade desde 2014, pois o sistema de esgotamento, que já custou cerca de R\$ 10 milhões apenas no trecho de Parnarama/MA, não está funcionando como deveria, fazendo com que moradores convivam com fezes pelas ruas e avenidas do município. Até o Rio Parnaíba estaria sendo afetado pelo despejo dos dejetos. Segundo a reportagem:

¹ **Codevasf.** “Obras de esgotamento sanitário no Maranhão” Disponível em: <<http://www.codevasf.gov.br/noticias/2008/r-53-7-milhoes-para-esgotamento-sanitario-no-maranhao>>. Acesso em 29/08/2017.

² **Portal de notícias G1.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/esgoto-de-obra-do-governo-federal-vaza-e-atinge-casas-no-interior-do-maranhao.ghtml>>. Acesso em 29/08/2017.

A implantação do sistema de esgotamento sanitário na cidade é de responsabilidade da **Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf)**, vinculada ao **Ministério da Integração Nacional**. Em resposta ao Ministério Público, ainda em 2014, a companhia disse que o trabalho foi dividido em duas etapas. Esta segunda etapa estava esperando pela Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema) fazer as ligações das estações elevatórias para que o serviço fosse concluído e à administração passasse ao município.

Mas esta fase final foi comprometida. Segundo a Codevasf, **só houve vazamento de dejetos em via pública por conta de ação clandestina**. "Para que dejetos estejam saindo dos equipamentos do sistema de esgotamento sanitário é preciso que alguém tenha feito a 'ligação intradomiciliar' (sic), que vem da residência para a caixa de ligação (inspeção), que se encontra no passeio", diz trecho do documento da Codevasf ao Ministério Público.

A **companhia federal contratou a Construtora Jurema Ltda.** para fazer todo procedimento, e neste mesmo documento, garante que a contratada só fez o que lhe foi determinada.

Uma série de reuniões com a prefeitura foi realizada nos anos que se seguiram. Por último, ficou acertado que a Codevasf vai recuperar todo o sistema e depois repassar a administração (sic) para a prefeitura.

Em trecho da última nota técnica divulgada em junho de 2017, **a companhia reafirma que o problema foi causado por alguns moradores**.

"Após concluídas as obras de implantação do sistema, a população realizou as ligações intradomiciliares à rede coletora de esgoto, porém tendo em vista que o sistema não foi liberado para realizar essas ligações e não foi recebido pela Prefeitura, os dejetos foram se acumulando nos trechos mais baixos da rede, causando transtornos à população devido ao extravasamento de esgotos em vias públicas do município, problema este ocorrido por falta de operacionalização e de manutenção no sistema. Sendo assim, o prefeito passou a alegar que não receberia o sistema enquanto a Codevasf não providenciasse a recuperação/manutenção da estrutura", diz trecho da nota.

Para corrigir estas falhas, a **companhia contratou agora outra empresa, a Saneproj Ambiental Ltda.** para "a elaboração de diagnóstico para propor melhorias e a recuperação do sistema de esgotamento sanitário, além da elaboração de orçamento para execução desses serviços de recuperação e manutenção, visando colocar o sistema (sic) de esgotamento sanitário em pleno funcionamento. Somente após a conclusão do Contrato nº 8.002.00/2017, será elaborado, pela Codevasf, o

Termo de Referência para o processo licitatório de execução dos serviços de recuperação do sistema, para que posteriormente o SES seja entregue ao município".

(...)

O advogado Lucas Veloso, morador da cidade, reclama da falta de posicionamento por parte também da prefeitura. "**A obra foi entregue já sem funcionar de forma adequada.** Queremos que o prefeito Raimundo Silveira tome as providências. A prefeitura não faz nada", disse Veloso. (grifo nosso)

Observa-se que a Codevasf, autarquia federal responsável pela obra, reluta em assumir suas responsabilidades e procura culpar a população pelos problemas nas obras do sistema de esgotamento sanitário, ao passo que a população defende que a obra já foi entregue com problemas. Para tentar solucionar o problema, a Codevasf ainda contratou duas empresas privadas. O noticiário mostra que essas contratações foram inócuas, pois o vazamento de esgoto permanece poluindo as ruas do município de Parnarama/MA e contaminando o Rio Parnaíba.

Diante do descaso com a qualidade da obra de esgotamento sanitário dos municípios supracitados, da agressão ao meio-ambiente na forma de despejo de dejetos no leito do Rio Parnaíba e, por fim, da falta de zelo com o erário público federal denunciado na reportagem, entendo ser necessária a realização, por esta Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, de ato de fiscalização e controle sobre as obras de esgotamento sanitário a cargo da Codevasf nos municípios de Alto Parnaíba, Araiões, Brejo, Coelho Neto, Magalhães de Almeida, Nova Iorque, Parnarama, Santa Quitéria e Tasso Fragoso, todos situados no Estado do Maranhão.

Brasília, 31 de agosto de 2017.

Deputado Pedro Fernandes

FIM DO DOCUMENTO
